

# LINHA SINDICAL ATÉ QUE PONTO?

*Érico Sachs*

1. Discute-se atualmente no seio do partido a necessidade ou não da elaboração de uma linha sindical. E discute-se, também, a viabilidade da elaboração de semelhante linha de conduta. Até que ponto estamos realmente em condições de definir uma linha de atuação no campo sindical?

Para poder responder a essa pergunta temos de ter em mente a realidade das lutas sociais no país. Não podemos certamente elaborar uma linha abstrata, como um "livro de receitas", válido em todas as situações. Sabemos que as condições de luta variam não só de região a região, mas igualmente de categoria a categoria dentro de uma mesma região.

Uma linha sindical mais elaborada será certamente um produto do desdobramento das lutas, cujo auge está longe de ser atingido. No momento temos que nos empenhar para criar um ponto de partida, que, por um lado, oriente a atuação consciente dos nossos militantes e, por outro, garanta a atuação unificada de nossos militantes nas diversas frentes sindicais. Situações como a que se deu na campanha eleitoral dos metalúrgicos do Rio, em que nossos ativistas participaram de chapas distintas e opostas, devem ser superadas definitivamente. Tais situações não prejudicam somente o partido perante os trabalhadores, como prejudicam a própria luta dos trabalhadores.

2. Qual é esse ponto de partida para uma linha sindical?

O traço fundamental, que caracteriza atualmente as lutas sociais e reivindicatórias no país, é o fato de o trabalhador brasileiro não dispor de um instrumento adequado para enfrentar a política econômica do governo e do regime. Os sindicatos brasileiros, enquadrados numa legislação que data ainda dos tempos do Estado Novo, não foram criados para defender e levar adiante as reivindicações das massas trabalhadoras. Foi concebido como amortecedor nas lutas entre trabalho e capital, com o manifesto intuito de enfraquecer a posição dos trabalhadores. Trata-se de um fato que não podemos ignorar, quando debatemos uma linha de conduta sindical. Ele está presente em todas as lutas, parciais e isoladas e cria obstáculos freqüentemente intransponíveis para os sindicatos mais dinâmicos e combativos.

O "bê-á-bá" de uma linha sindical nossa terá que tomar como ponto de partida a luta contra o atrelamento, a luta por um sindicalismo livre da ingerência e da intervenção de forças estranhas à classe.

Que entendemos por "luta por sindicatos livres"? Certamente não pregamos um sindicalismo paralelo, que não passaria de uma aventura estéril, nas condições sob as quais estamos obrigados a batalhar (neste sentido a realidade brasileira se distingue radicalmente da situação polonesa, por exemplo, onde os trabalhadores enfrentam forças qualitativamente diferentes). A nossa luta por um sindicalismo livre visa libertar os nossos órgãos sindicais das amarras que os prendem e sujeitam ao controle do Estado opressor.

Nessa luta, palavras de ordem como "Liberdade e autonomia Sindical", que no passado já tinham se tornado chavões, hoje não bastam mais. Conhecemos partidos que desde 1945 ostentam esse slogan nos seus programas, sem que isso tivesse qualquer conseqüência, nem para o partido nem para os trabalhadores. Se nós queremos mobilizar as massas para uma luta pela liberdade sindical (e outro caminho não vemos para consegui-lo), temos de denunciar pública e constantemente as amarras que prendem e sufocam a nossa vida sindical.

Trata-se, em primeiro lugar, do controle financeiro que o Estado exerce com a finalidade de impedir a formação sistemática de fundos de greve.

Em segundo lugar, trata-se do Estatuto Padrão, que impede o exercício de uma democracia sindical e a participação real das bases nas decisões sindicais.

Terceiro, existe a Comissão de Enquadramento do Ministério do Trabalho, que impede um reforço, tanto horizontal como vertical, das organizações sindicais existentes, limitando a sua atuação, na maioria das vezes, no âmbito municipal.

Em quarto lugar, temos de combater a legislação que impede a formação da Central Sindical no país.

Em quinto lugar, o imposto sindical.

E finalmente, a luta contra a Lei de Greve, que visa tornar ilegal qualquer paralisação de maior alcance.

3. É evidente que essa luta pela liberdade sindical não pode ser travada somente no terreno sindical. Trata-se uma luta igualmente política. E aí entra o papel que o Partido dos Trabalhadores teria de desempenhar.

É tarefa do Partido propagar e sustentar politicamente a luta contra o atrelamento. Poderá fazê-lo, de um lado, procurando coordenar, em escala nacional, as forças sindicais já dispostas e esta luta. Por outro, pode e deve levantar essa bandeira no Congresso Nacional. É tarefa de nossa facção parlamentar exigir publicamente a abolição de toda uma legislação que se opõe à Liberdade Sindical. Não por acharmos que o Congresso, dessa maneira, vá ao encontro das legítimas aspirações dos trabalhadores, mas para criar uma tribuna, da qual se levanta o problema em âmbito nacional. Para isso não basta que um dos nossos parlamentares entregue um projeto de lei que morra e seja enterrado silenciosamente numa Comissão Parlamentar. Para ter efeito, a campanha tem de ser levada em voz alta, para ser ouvida em todos os estados e levada adiante por todos os escalões do Partido e nos próprios sindicatos. Semelhante atuação exige uma perfeita coordenação entre a Executiva Nacional, a bancada no Congresso e a imprensa do Partido. Sabemos que esta engrenagem ainda não existe, mas isso é assunto de outra discussão, que devemos travar.

4. Evidentemente, a luta contra o atrelamento em si ainda não esgota o problema da linha sindical, mas é um ponto de partida de orientação para nossa atividade nesse terreno. Deve guiar os nossos critérios no que diz respeito ao apoio e à formação de chapas e ao nosso relacionamento com as lideranças sindicais existentes. Em todos esses casos, devemos nos perguntar se as forças com as quais estamos lidando reforçam ou enfraquecem objetivamente a luta pela liberdade sindical.

O mesmo critério devemos usar na nossa atuação no CONCLAT. Enfrentaremos nessa reunião toda uma gama de pelegos e reformistas. O pelego clássico é produto da estrutura sindical vigente e freqüentemente tem interesses materiais em defendê-la. Os reformistas, por sua vez, se negam a combater essa estrutura por motivos políticos imediatistas e as duas correntes encontram-se hoje na "Unidade Sindical". Trata-se de uma organização de cúpula, que conseguiu reforçar-se durante o último ano, em virtude de derrotas parciais de sindicatos combativos. O nosso interesse e nosso objetivo no CONCLAT devem consistir na quebra do monopólio das cúpulas, para levar os nossos pontos de vista às bases dos sindicatos reunidos na "Unidade". E esse critério deve determinar também a nossa política de alianças no conclave.

5. O que podemos estabelecer, desde já, como um dos pontos básicos de uma linha de conduta, é que o PT não pretende encampar nem controlar sindicatos. Temos de distinguir nitidamente entre os métodos de luta política e os da luta sindical. O partido tem uma certa homogeneidade à base de um programa político comum. O sindicato deve estar aberto a todos os trabalhadores, independente de sua coloração política ou ideológica, desde que estejam dispostos a defender os interesses da sua classe.

Portanto, não podemos ver no sindicato um prolongamento do partido, nem podemos querer criar em nome do partido facções do sindicato. Apoiaremos em cada sindicato as forças mais conseqüentes sem querer atrelá-las à política partidária. Ao mesmo tempo, os nossos militantes não devem esconder que pertencem ao PT. Os trabalhadores têm que ver na prática que os militantes sindicais do PT são os defensores mais conseqüentes de sua classe.

Para corresponder a essas exigências da luta, a ampliação da linha sindical em cada caso concreto deve ficar à mercê dos próprios militantes sindicais do PT e uma vez definida deve ser assumida por todo o partido. Pouco valor e até contraproducente seria querer incluir na elaboração de decisões setores alheios ao problema concreto. Estes podem ter boas idéias, mas carecem da experiência concreta da luta diária.

Em segundo lugar, não é mais admissível que se repitam situações em que haja uma divisão dos militantes em dois campos opostos. Deve haver tanto consenso no PT, que a minoria se submeta à maioria. E se isso não se der, é o caso de estudar medidas disciplinares para assegurar a unidade de ação do partido.

6. A atuação política do PT é um complemento necessário à luta sindical. Já vimos isso nas implicações da luta pela liberdade sindical. Mas, além disto, cada greve maior, sob as condições reinantes no país, toma um caráter político em vista da repressão, que não se faz esperar.

Finalmente, na defesa dos interesses vitais da classe operária, as lutas parciais e isoladas, embora necessárias e exigindo todo nosso apoio, não atingem ainda o miolo da questão. São antes uma escola de luta para os nossos trabalhadores. Mas as melhorias isoladas, que no melhor dos casos podem ser conseguidas, mais adiante são liquidadas pela evolução econômica geral. O problema fundamental, que se coloca hoje, consiste num combate total à política econômica do governo. Esse combate só pode ser travado em âmbito nacional e por isso mesmo tem caráter político.

A expressão mais clara desse objetivo está na palavra de ordem da Greve Geral. Mas a plataforma de reivindicações desta greve (e da campanha de mobilização) será incompleta se não incluir a liberdade sindical, exigindo explicitamente o fim das amarras que impedem os sindicatos de andarem nos próprios pés.

7. Deste ponto de vista acima exposto queremos propor um voto de desconfiança à Executiva Provisória do PT - RJ, pelo seu papel omissivo e negativo durante a greve dos trabalhadores da FIAT.

Pela conciliação política e falta de solidariedade, o partido ficou gravemente comprometido aos olhos dos trabalhadores da FIAT e da Baixada Fluminense em geral. A falta de sensibilidade política em relação aos problemas dos trabalhadores em greve interrompeu assim o desenvolvimento promissor da criação de um primeiro núcleo fabril no Estado do Rio.

Propomos esse voto de desconfiança sem querer diminuir o papel de militantes individuais e de núcleos inteiros, que por iniciativa própria se empenharam de forma abnegada e eficiente no apoio da greve, apesar da omissão da liderança regional.

(Escrito por Érico Sachs em 1981. Defendido publicamente por Gilson Thomaz de Aquino, metalúrgico membro da Executiva do Diretório da 8<sup>ª</sup> zona do PT, RJ, 1981. Texto digitalizado e revisado com base na coletânea "Andar com os Próprios Pés", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994).